

CURRICULUM VITAE

I - Dados pessoais

Luís Miguel Simões Lucas Pires

Data de nascimento: 2 de Novembro de 1975

II - Habilitações literárias e actividade científica

Licenciatura em Direito na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, concluída a 24 de Setembro de 1998, com a classificação final de Bom com Distinção, 15 valores

Pós-graduação em Direito Bancário, da Bolsa e dos Seguros, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, com a média final de 16 valores

Parte escolar do Curso de Mestrado em Ciências Jurídico-Civilísticas da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, com a classificação de *Muito Bom* na disciplina de Direito Civil I e de *Bom com Distinção* nas disciplinas de Direito Civil II e de Direito do Trabalho

Mestrado em Ciências Jurídico-Civilísticas pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (pré-Bolonha), com a classificação de Bom com Distinção (17 valores), tendo apresentado a dissertação intitulada “*Dos privilégios creditórios – regime jurídico e sua influência no concurso de credores*”, publicada pela editora Almedina em 2004

Doutorando em Ciências Jurídico-Civilísticas na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, com uma dissertação subordinada ao tema “*Penhor ou penhores? O regime jurídico tradicional e a multiplicação de regimes especiais – implicações para a unidade conceptual e natureza jurídica do instituto*” (dissertação entregue, aguardando-se a marcação da respectiva defesa).

III - Experiência profissional

1. Advocacia e consultoria:

Estágio de advocacia realizado na Sociedade de Advogados, então sob a firma “Telles de Abreu, Delgado, Lucena e Associados – Sociedade de Advogados”, actualmente designada “Telles de Abreu, Lucena e Associados”, no Porto, concluído em Setembro de 2000

Advogado na referida Sociedade de Advogados desde o final do estágio até Fevereiro de 2001

Membro do Centro de Estudos Jurídicos da Universidade de Aveiro, com funções de assessoria jurídica da Reitoria, entre Fevereiro de 2001 e Setembro de 2002

Consultor da Sociedade de Advogados Vieira Conde e Associados, Sociedade de Advogado RL, em Coimbra, desde Novembro de 2004

2. Actividade universitária:

2.1 Docência:

a) Monitor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, entre os anos lectivos de 1998/99 e 2002/2003, adstrito às disciplinas de Direito das Obrigações e de Direito do Trabalho

b) Assistente estagiário do Instituto Superior Bissaya Barreto, em Coimbra, entre os anos lectivos 1999/2000 e 2002/2003, com a regência das disciplinas de
Organização e Procedimento Administrativo
Introdução ao Direito
Noções Fundamentais de Direito
Direito do Trabalho e
Direito Comercial

c) Assistente Convidado da Universidade de Aveiro, nos anos lectivos 2002/2003 e 2003/2004, com a regência das seguintes disciplinas:

Direito Administrativo
Organização Administrativa
Organização Judiciária
Introdução ao Direito
Direito Público
Direito do Trabalho na Administração Pública
Direito Constitucional, todas da licenciatura em Administração Pública; Direito do Trabalho, da Licenciatura em Engenharia e Gestão Industrial; e Regime Jurídico da Contratação Pública, na Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Águeda (integrada na Universidade de Aveiro)

d) Assistente da Universidade de Aveiro desde 2004/2005 até à presente data, leccionando as disciplinas anteriormente referidas, bem como:

Direito e Gestão Pública, em colaboração com outros docentes, do Mestrado em Gestão Pública

Compras Públicas e Contratação, do Mestrado em Gestão e Administração Pública

e) Co-regente da disciplina de Direito das Garantias, do Curso de Direito da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, pólo do Porto, no ano lectivo 2004/2005

f) Conferencista do módulo “Os privilégios creditórios dos créditos laborais” no Curso de Pós-Graduação em Direito do Trabalho, organizado pelo Instituto de Direito das Empresas e do Trabalho (IDET) da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (entre os anos lectivos 2004/2005 e 2008/2009) e do módulo de “Garantias dos créditos laborais” desde o ano lectivo 2009/2010

g) Conferencista do Curso de Pós-graduação em Direito do Emprego Público, organizada pelo Centro de Estudos de Direito Público e da Regulação (CEDIPRE) da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, desde a II Edição (2009), responsável pelo módulo “Fontes normativas da relação de emprego público, em especial a convenção colectiva”

h) Conferencista do Curso de Pós-graduação em Contratação Pública, organizada pelo Centro de Estudos de Direito Público e da Regulação (CEDIPRE) da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, responsável pelo módulo “Concurso Público e Concurso Limitado por Prévia Qualificação”, desde a IV Edição (2011)

i) Conferencista da Disciplina de Direito da Segurança Social, da Licenciatura em Administração Pública da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, no ano lectivo 2012-2013

2.2 Organização de colóquios e seminários

1. Ciclo de conferências sobre contratação pública, organizado em parceria entre a Universidade de Aveiro e o Conselho Distrital de Coimbra da Ordem dos Advogados, em Abril e Maio de 2011

2. Conferência sobre Centrais de Compras e Contratação, no âmbito do Mestrado em Administração e Gestão Pública, realizada no dia 18 de Maio de 2012.

2.3 Outras tarefas universitárias:

a) Co-orientador e membro do júri de diversas teses de mestrado apresentadas no âmbito do Mestrado em Gestão Pública da Universidade de Aveiro, nomeadamente:

- “As Empresas Públicas como solução? Contributos para a Análise das Realidades Subjacentes”, da autoria de Leonel Silva de Sousa (Pré-Bolonha, já defendida)

- “A Globalização e a Justiça Internacional”, da autoria de Sara Ana Candeias Galvão Nunes de Almeida (Pré-Bolonha, já defendida)

- "O Contrato Individual de Trabalho na Administração Pública", da autoria de Ana Mafalda Guerra Vieira (Pré-Bolonha, já defendida)

- "A Introdução do Contrato Individual de Trabalho na Administração Pública", da autoria de Maria João Russo Canelas Francisco (Pré-Bolonha, já defendida)

- “Contratos Públicos na Praxis Administrativa”, da autoria de Sandra Marisa Araújo Pereira (Pré-Bolonha), defendida em 24 de Setembro de 2009)

- “O contrato de trabalho em funções públicas”, da autoria de Magda Magalhães (defendida em 11 de Março de 2011)

- “A reversão fiscal”, da autoria de Emília Ferreira (em elaboração)

- “Influências pós-coloniais na construção do sistema político dos países africanos de língua oficial portuguesa: os casos de Cabo Verde e Guiné-Bissau”, da autoria de Ana Teresa Borges Valente de Almeida (em elaboração)

- “Evolução do regime jurídico da relação de emprego público na Administração Pública – limites à privatização”, da autoria de Maria do Rosário dos Santos Vieira (em elaboração)

- “Os procedimentos de execução fiscal em Portugal e em Moçambique”, da Autoria de Avaleria Amos (em elaboração)

- “Há ou não funcionários públicos a mais em Portugal?”, da Autoria de Rosa Maria Castro (em elaboração)

b) Membro da direcção da Licenciatura em Administração Pública da Universidade de Aveiro entre os anos lectivos 2003/2004 e 2006/2007

c) Membro eleito, como representante dos docentes não doutorados, da Assembleia da Universidade de Aveiro entre 2006 e 2008

d) Responsável pelas relações da Secção Autónoma de Ciências Sociais, Jurídicas e Políticas com a biblioteca da Universidade de Aveiro no ano lectivo 2006/2007

e) Membro do júri dos exames de admissão para maiores de 23 anos no Curso de Administração Pública da Universidade de Aveiro no ano lectivo 2006/2007

3. Colaborações/Formações:

3.1 Colaborador em diversas acções de formação ministradas pela entidade responsável pela formação na Universidade de Aveiro (UNAVE), designadamente:

a) Formador no módulo de Coordenação de segurança e saúde em fase de projecto e em fase de construção, integrado no Curso de Segurança no Trabalho no Sector da Construção – Coordenação de Segurança (nas edições de 2005, 2006 e 2007)

b) Formador no módulo Legislação, regulamentos e normas sobre segurança, higiene e saúde no trabalho, integrado no Curso de Técnico Superior de Higiene e Segurança no Trabalho (nas edições de 2004 e 2005)

c) Formador da acção de formação para funcionários da Universidade de Aveiro sobre o Código do Trabalho, realizada em 2007

d) Formador da acção de formação para funcionários da Universidade de Aveiro, sobre Os novos regimes de emprego público, realizada em Março de 2009

3.2 Formador do Instituto Nacional de Administração (INA), responsável pelos seguintes cursos/acções de formação:

a) Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública (CEAGP), encarregue dos módulos de Introdução à Administração Pública, desde 2005 até ao presente, e de Direito Administrativo, desde 2007 até ao presente

b) Curso de Preparação para admissão ao Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública (CEAGP), responsável pelo módulo de Introdução à Administração Pública, entre 2005 e 2008

c) Curso de Preparação para admissão ao Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública (CEAGP), responsável pelos módulos de Organização do Estado e da Administração Pública, desde 2006 e de Regime Legal de Gestão dos Recursos Humanos e de Regime Legal de Contratação Pública, desde 2009

d) Orientação de diversos Projectos Aplicados realizados pelos alunos no final de cada edição do CEAGP (desde 2005)

e) Diversas participações em cursos de Formação para dirigentes da Administração Pública, nomeadamente no Curso de Alta Direcção em Administração Pública (CADAP), desde 2006

f) Curso de formação sobre contratação pública, realizado no Porto, entre os dias 24 e 26 de Janeiro de 2011

3.3. Colaboração em diversas formações organizadas pelo Centro de Estudos e Formação Autárquica, actualmente designado por Fundação CEFA designadamente:

a) Curso de Gestão Pública na Administração Local (Edição Norte), organizado pelo CEFA, encarregue do módulo de Emprego Público, em Abril 2009

b) Curso de Gestão Pública na Administração Local (Edição Algarve), organizado pelo CEFA, encarregue do módulo de Contratação Pública, em Abril de 2009

c) Curso de Gestão Pública na Administração Local (Edição Lisboa), organizado pelo CEFA, encarregue dos módulos de Contratação Pública e de Princípios Gerais de Direito Administrativo, em Setembro de 2009

d) Curso de Alta Direcção da Administração Local (CADAL), encarregue dos módulos de Contratação Pública e de Princípios Gerais de Direito Administrativo, em Setembro de 2009

e) Curso de Gestão Pública na Administração Local (Edição Coimbra), organizado pelo CEFA, encarregue dos módulos de Organização Administrativa e Emprego Público, em Janeiro e Fevereiro de 2010

f) Curso de Gestão Pública na Administração Local (Edição Coimbra), organizado pelo CEFA, encarregue dos módulos de Contratação Pública e Emprego Público, em Janeiro e Fevereiro de 2010

g) Curso de Gestão Pública na Administração Local (Edição Lisboa), organizado pelo CEFA, encarregue dos módulos de Contratação Pública e Emprego Público, em Julho de 2010

h) Curso de Estudos e Formação para Altos Dirigentes da Administração Local (CEFADAL), organizado pelo CEFA, encarregue do módulo de Contratação Pública, em Novembro de 2010

i) Curso de Estudos e Formação para Altos Dirigentes da Administração Local (CEFADAL), organizado pelo CEFA, encarregue do módulo de Emprego Público, em Novembro de 2010

j) Curso de Estudos e Formação para Altos Dirigentes da Administração Local (CEFADAL), organizado pelo CEFA, encarregue do módulo de Contratação Pública, em Fevereiro de 2011

l) Curso de Formação para Comandante Operacional Municipal (1.^a, 2.^a, 3.^a e 4.^a Edições), encarregue do módulo de Contratação Pública, em Março, Abril, Maio e Dezembro de 2011

m) Curso de Estudos e Formação para Altos Dirigentes da Administração Local (CEFADAL), organizado pelo CEFA, encarregue do módulo de Contratação Pública, em Abril de 2011

n) Curso de Gestão Pública na Administração Local (Edição Coimbra), organizado pelo CEFA, encarregue dos módulos de Contratação Pública e Emprego Público, em Outubro de 2011

3.4 Colaboração em diversas formações organizadas pela Universidade de Coimbra, nomeadamente:

a) 2 cursos de sobre o novo Código dos Contratos Públicos, realizados em Novembro de 2008

b) 1 curso sobre o novo Contrato de Trabalho em Funções Públicas, realizado em Dezembro de 2008

c) 1 curso sobre O novo regime de emprego público, realizada em Outubro de 2009

d) 1 curso sobre Contratação pública, realizado em Dezembro de 2009

e) 1 curso sobre Contratação pública, realizado em Janeiro de 2010

f) 1 curso sobre Contratação pública, realizado em Junho de 2010

g) 1 curso sobre Emprego público, realizado em Junho de 2010

h) 1 curso sobre Emprego público realizado em Novembro de 2010

i) 1 curso sobre Emprego público, realizado em Abril de 2011

j) 1 curso sobre Contratação pública, realizado em Outubro de 2011

3.5 Colaboração em diversas formações organizadas pelo Instituto Politécnico de Coimbra, designadamente:

a) 2 cursos sobre o novo Código dos Contratos Públicos, realizados em Novembro de 2008

b) 1 curso sobre o novo Contrato de Trabalho em Funções Públicas, realizado em Dezembro de 2008

c) 1 curso sobre O novo regime de emprego público, realizado em Setembro de 2009

d) 1 acção de formação sobre Contratação pública, realizada em Outubro de 2009

3.6 Formador de 1 acção de formação sobre O novo regime de emprego público, organizada pela Fundação Bissaya Barreto, em Viseu, em Maio de 2009

3.7 Formador de 1 acção de formação sobre Contratação pública, organizada pelo Instituto de Gestão e Administração Pública (IGAP), no Porto, em Novembro de 2009

3.8 Formador de 1 acção de formação sobre O novo regime de emprego público, organizada pela Direcção-Geral de Reinserção Social, em Coimbra, em Dezembro de 2009

3.9 Colaboração em diversas acções de formação organizadas pela Administração Regional de Saúde do Centro, I.P., nomeadamente:

a) 1 curso sobre Contratação Pública, realizado em Setembro de 2010

b) 1 curso sobre Emprego Público, realizado em Outubro de 2010

d) 1 curso sobre Contratação pública, realizado em Maio de 2011

e) 2 cursos sobre Emprego Público, realizados em Novembro e Dezembro de 2011

f) 1 curso sobre Contratação pública, realizado em Dezembro de 2011

3.10 Formador de uma acção de formação sobre Código de Procedimento Administrativo, organizada pelo Centro de Formação de Administração Pública dos Açores (CEFAPA), realizada em Angra do Heroísmo em Outubro de 2011

3.11 Formador de diversas acções de formação sobre o Código do Trabalho para quadros de empresas nacionais, como a Energias de Portugal (EDP) e a Portugal Telecom (PT), entre 2004 e 2008

3.12 Formador de uma acção de formação sobre Contratação Pública, organizada pela empresa Multiaveiro, em Vagos, nos dias 25 e 26 de Janeiro de 2012

3.13 Formador de diversas acções de formação sobre Contratação Pública, organizadas pela Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego, nomeadamente:

- a) em Montemor-o-Velho, nos dias 15, 16 e 17 de Fevereiro de 2012
- b) na Figueira da Foz, nos dias 2, 3 e 4 de Abril de 2012
- c) em Coimbra, nos dias 4, 11 e 12 de Outubro de 2012

4. Orador nas seguintes Conferências/Seminários

a) O regime das faltas dos trabalhadores da Administração Pública com contrato individual de trabalho, realizada no Instituto Português de Oncologia de Coimbra, em 2006

b) O novo Código dos Contratos Públicos, organizado pelo Centro de Estudos e Formação Autárquica, em Coimbra (3 Edições, em 18/1/2008, 7/3/2008 e 18/9/08)

c) O novo Código dos Contratos Públicos, organizada pela ACIV, em Coimbra, em 9/5/2008

d) O novo Código dos Contratos Públicos, organizado pela Câmara Municipal de Amarante em 29/5/2008

e) O novo Código dos Contratos Públicos, organizado pela Câmara Municipal de Coimbra em Maio de 2008

f) O novo Código dos Contratos Públicos, organizado pela Câmara Municipal de Pinhel em 3/7/2008

g) O novo Código dos Contratos Públicos, organizado pela Câmara Municipal de Faro em 10/7/2008

h) O novo Código dos Contratos Públicos, organizado pela Câmara Municipal de Pedrógão Grande em 17 e 18 de Julho de 2008

i) O novo Código dos Contratos Públicos, organizado pela empresa Auto-Sueco (Coimbra), Lda. no mês de Novembro de 2008 (2 edições)

j) Jornadas sobre o novo Código do Trabalho, promovidas pela Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), realizadas no Centro de Congressos dos Hospitais da Universidade de Coimbra, nos dias 13 e 14 de Maio de 2009, com uma intervenção sobre “As garantias dos créditos laborais”

l) Conferências Inaugurais dos Cursos Curso de Alta Direcção da Administração Local (CADAL) e do Curso de Gestão Pública na Administração Local (CEFADAL) para o ano de 2010, em Dezembro de 2009, com uma intervenção subordinada ao tema “Novo regime jurídico do emprego público”

m) Conferência sobre “Privilégios creditórios”, organizada pela Ordem dos Notários Portugueses, em Abril de 2010

n) Conferência sobre contratação pública, organizada pela Universidade Corporativa da Inframoura – Empresa de Infra-estruturas, EM, em Vilamoura, nos dias 5 e 6 de Novembro, subordinada ao tema “Ajuste directo, concurso público e concurso limitado por prévia qualificação”

o) Conferência sobre “Normas legais e regulamentares sobre higiene e segurança no trabalho”, integrado no Seminário “Higiene e segurança no trabalho nos trabalhos arqueológicos”, organizado pela Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, em 12 e 13 de Novembro de 2010

p) Conferência sobre “Contratação Pública”, integrada no Ciclo “Quintas Feiras de Direito”, organizado em conjunto pela Ordem dos Advogados e pela Livraria Almedina, no dia 7 de Abril de 2011, em Coimbra

q) Conferência sobre “Ajuste directo, negociação e diálogo concorrencial”, integrada no Ciclo de Conferências sobre Contratação Pública, organizado em conjunto pela Universidade de Aveiro e pela Ordem dos Advogados, no dia 24 de Maio de 2011

r) Conferência sobre “Código dos Contratos Públicos”, organizada pela Ordem dos Advogados, no dia 1 de Julho de 2011, no Fundão

q) Várias conferências promovidas pelo Conselho Distrital de Coimbra da Ordem dos Advogados, nomeadamente

- Conferência sobre contratação pública, realizada no dia 17/1/2012
- Conferência sobre contratação pública, realizada no dia 8/3/2012
- Conferência sobre emprego público, realizada no dia 3/7/2012

r) Conferência sobre “Privilégios creditórios”, organizada pelo Conselho Distrital da Madeira da Ordem dos Advogados, no dia 30 de Novembro de 2012, no Funchal

5. Participação em Associações / Grupos de Trabalho

a) Membro do Centro de Estudos Notariais e Registais (CENOR) da Universidade de Coimbra

b) Membro do Instituto de Direito da Empresa e do Trabalho (IDET) da Universidade de Coimbra

c) Associado do Centro de Estudos de Direito Público e da Regulação (CEDIPRE) da Universidade de Coimbra dedicado à Contratação Pública e ao Emprego Público

d) Membro da Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas (GOVCOPP), da Universidade de Aveiro, reconhecida pela Fundação para a Ciência e Tecnologia e classificada em 2008 com Muito Bom

e) Membro do Centro de Direito da Família da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra,

6. Participação em projectos de cooperação

6.1 Projecto de assessoria jurídica ao Ministério da Educação de Timor-Leste, incluindo a elaboração de uma compilação de legislação anotada, entre Março e Junho de 2012

6.2 Participação no Projecto Executivo para a Reforma Tributária de Angola (PERT), encarregue de ministrar formação em Legística aos Quadros Superiores do Ministério das Finanças (Outubro 2012/Janeiro 2013)

IV – Trabalhos escritos

A) Monografias e artigos publicados

1. Os privilégios creditórios dos créditos laborais, in Questões Laborais, n.º 20, ano IX (2002), págs. 164 a 202, citado, entre outros, nos seguintes Acórdãos:

1.1 Supremo Tribunal de Justiça

- a) Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 12 de Junho de 2003, in www.dgsi.pt (Relator Santos Bernardino),
- b) Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 24 de Junho de 2004, in www.dgsi.pt (Relator Oliveira Barros)
- c) Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 16 de Março de 2005, in www.dgsi.pt (Relator Vítor Mesquita)
- d) Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 8 de Novembro de 2005, in www.dgsi.pt (Relator Nuno Cameira)
- e) Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 29 de Novembro de 2005, in www.dgsi.pt (Relator Oliveira Barros)
- f) Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 21 de Fevereiro de 2006, in www.dgsi.pt (Relator Pereira da Silva)
- g) Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 7 de Fevereiro de 2008, in www.dgsi.pt (Relator Nuno Cameira)
- h) Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 28 de Fevereiro de 2008, in www.dgsi.pt (Relator Nuno Cameira)
- i) Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 10 de Dezembro de 2009, in www.dgsi.pt (Relator Paulo Sá)

1.2 Tribunal da Relação do Porto

- a) Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 10 de Maio de 2004, in www.dgsi.pt (Relator Cunha Barbosa)
- b) Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 14 de Novembro de 2005, in www.dgsi.pt (Relator Cunha Barbosa)
- c) Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 15 de Outubro de 2007, in www.dgsi.pt (Relator Ferreira da Costa)
- d) Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 28 de Fevereiro de 2008, in www.dgsi.pt (Relator Coelho da Rocha)

1.3 Tribunal da Relação de Coimbra

- a) Acórdão do Tribunal da Relação do Coimbra de 16 de Outubro de 2007, in www.dgsi.pt (Relator Jorge Arcanjo)

1.4 Tribunal Constitucional

- a) Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 498/2003, de 22 de Outubro, in www.tribunalconstitucional.pt (Relator Maria dos Prazeres Beleza)
- b) Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 335/2008, de 19 de Junho, in www.tribunalconstitucional.pt (Relator João Cura Mariano)

2. Dos privilégios creditórios – regime jurídico e sua influência no concurso de credores, Almedina, 2004, citado, entre outros, nos seguintes Acórdãos:

2.1 Supremo Tribunal de Justiça:

- a) Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 16 de Junho de 2005, in www.dgsi.pt (Relator Araújo Barros)
- b) Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 22 de Junho de 2005, in www.dgsi.pt (Relator Custódio Montes)
- c) Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 17 de Novembro de 2005, in www.dgsi.pt (Relator Araújo Barros)
- d) Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 30 de Maio de 2006, in www.dgsi.pt (Urbano Dias)

- e) Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 8 de Junho de 2006, in www.dgsi.pt (Relator Sebastião Póvoas)
- f) Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 14 de Novembro de 2006, in www.dgsi.pt (Relator Urbano Dias)
- g) Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 30 de Novembro de 2006, in www.dgsi.pt (Relator Custódio Montes)
- h) Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 27 de Março de 2007, in www.dgsi.pt (Relator Sebastião Póvoas)
- i) Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 3 de Maio de 2007, in www.dgsi.pt (Relator João Bernardino)
- j) Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 4 de Outubro de 2007, in www.dgsi.pt (Relator Gil Roque)
- l) Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 29 de Abril de 2008, in www.dgsi.pt (Relator Moreira Camilo)
- m) Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 12 de Março de 2009, in www.dgsi.pt (Relator Sebastião Póvoas)
- n) Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 2 de Julho de 2009, in www.dgsi.pt (Relator Oliveira Rocha - Proc. n.º 752-S/2002.C1.S1)
- o) Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 2 de Julho de 2009, in www.dgsi.pt (Relator Oliveira Rocha – Proc. n.º 989/04.0TBOAZ-N.S1)
- p) Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 26 de Outubro de 2010, in www.dgsi.pt (Relator Hélder Roque)
- q) Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 29 de Março de 2012, in www.dgsi.pr (Relator Serra Baptista)

2.2 Supremo Tribunal Administrativo

- a) Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo de 15 de Fevereiro de 2007, in www.dgsi.pt (Relator Baeta Queiroz)
- b) Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo de 26 de Abril de 2012, in www.dgsi.pt (Relator Lino Ribeiro)
- c) Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo de 16 de Maio de 2012, in www.dgsi.pt (Relator Dulce Neto)
- d) Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo de 23 de Maio de 2012, in www.dgsi.pt (Relator Lino Ribeiro – Proc. n.º 217/12)

e) Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo de 23 de Maio de 2012, in www.dgsi.pt (Relator Lino Ribeiro – Proc.n.º 173/12)

2.3 Tribunal da Relação do Porto

a) Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 3 de Junho de 2004, in www.dgsi.pt (Relator Mário Fernandes)

b) Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 3 de Novembro de 2005, in www.dgsi.pt (Relator Mário Fernandes)

c) Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 30 de Outubro de 2006, in www.dgsi.pt (Relator Cura Mariano)

d) Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 9 de Novembro de 2006, in www.dgsi.pt (Relator Saleiro de Abreu)

e) Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 15 de Março de 2007, in www.dgsi.pt (Relator Amaral Ferreira)

f) Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 6 de Março de 2008, in www.dgsi.pt (Relator Amaral Ferreira)

g) Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 6 de Janeiro de 2009, in www.dgsi.pt (Relator Cândido Lemos)

h) Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 23 de Fevereiro de 2010, in www.dgsi.pt (Relator Ramos Lopes)

i) Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 6 de Maio de 2010, in www.dgsi.pt (Relator Filipe Carço)

j) Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 26 de Outubro de 2010, in www.dgsi.pt (Relator Sílvia Pires)

2.4 Tribunal da Relação de Lisboa

a) Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 25 de Setembro de 2007, in www.dgsi.pt (Relator Rui Vouga)

b) Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 22 de Março de 2011, in www.dgsi.pt (Relator Maria João Areias)

c) Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 15 de Dezembro de 2011, in www.dgsi.pt (Relator Maria Isoleta Costa)

2.5 Tribunal da Relação de Coimbra

- a) Acórdão do Tribunal da Relação do Coimbra de 24 de Maio de 2005, in www.dgsi.pt (Relator Távora Vítor)
- b) Acórdão do Tribunal da Relação do Coimbra de 21 de Março de 2006, in www.dgsi.pt (Relator Cardoso Albuquerque)
- c) Acórdão do Tribunal da Relação do Coimbra de 27 de Fevereiro de 2007, in www.dgsi.pt (Relator Ferreira de Barros)
- d) Acórdão do Tribunal da Relação do Coimbra de 4 de Março de 2008, in www.dgsi.pt (Relator Teles Pereira)
- e) Acórdão do Tribunal da Relação do Coimbra de 20 de Abril de 2010, in www.dgsi.pt (Relator Távora Vítor)
- f) Acórdão do Tribunal da Relação do Coimbra de 23 de Fevereiro de 2011, in www.dgsi.pt (Relator José Eusébio Almeida)
- g) Acórdão do Tribunal da Relação do Coimbra de 28 de Junho de 2011, in www.dgsi.pt (Relator Fonte Ramos)
- h) Acórdão do Tribunal da Relação do Coimbra de 20 de Setembro de 2011, in www.dgsi.pt (Relator Artur Dias)
- i) Acórdão do Tribunal da Relação do Coimbra de 14 de Fevereiro de 2012, in www.dgsi.pt (Relator Henrique Antunes)

2.6 Tribunal da Relação de Évora

- a) Acórdão do Tribunal da Relação de Évora de 11 de Maio de 2006, in www.dgsi.pt (Relator Mata Ribeiro)
- b) Acórdão do Tribunal da Relação de Évora de 18 de Outubro de 2007, in www.dgsi.pt (Relator Mário Serrano)
- c) Acórdão do Tribunal da Relação de Évora de 28 de Fevereiro de 2008, in www.dgsi.pt (Relator Pires Robalo)
- d) Acórdão do Tribunal da Relação de Évora de 26 de Junho de 2008, in www.dgsi.pt (Relator Mata Ribeiro)
- e) Acórdão do Tribunal da Relação de Évora de 18 de Novembro de 2009, in www.dgsi.pt (Relator Mata Ribeiro)

f) Acórdão do Tribunal da Relação de Évora de 28 de Abril de 2010, in www.dgsi.pt (Relator Mata Ribeiro)

2.7 Tribunal da Relação de Guimarães

a) Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães de 11 de Janeiro de 2011, in www.dgsi.pt (Relator Teresa Pardal)

b) Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães de 28 de Junho de 2011, in www.dgsi.pt (Relator Ana Cristina Duarte)

2.8 Tribunal Constitucional

a) Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 335/2008, de 19 de Junho, in www.tribunalconstitucional.pt (Relator João Cura Mariano)

b) Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 64/2009, de 10 de Fevereiro, in www.tribunalconstitucional.pt (Relator Maria João Antunes)

c) Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 108/2009, de 10 de Março, in www.tribunalconstitucional.pt (Relator Maria João Antunes)

d) Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 264/2009, de 12 de Maio, in www.tribunalconstitucional.pt (Relator Benjamim Rodrigues)

2.9 Tribunais de Macau

a) Acórdão de 12 de Maio de 2005 (Proc. n.º 51/2005) do Tribunal de 2.^a Instância da Região Administrativa Especial de Macau, in www.court.gov.mo

2.10 Comissão Arbitral Paritária da Liga Portuguesa de Futebol Profissional

a) Acórdão de 3 de Outubro de 2008 (Proc. n.º 49-CAP/08), in www.lpfp.pt

3. As garantias da obrigação de alimentos, in Revista de Direito da Família, Ano 1, n.º 2 (2004), págs. 43 a 77, citado, entre outros, nos seguintes Acórdãos:

a) Acórdão do Tribunal da Relação do Coimbra de 3 de Maio de 2006, in www.dgsi.pt (Relator Regina Rosa)

b) Acórdão do Tribunal da Relação de Évora de 15 de Fevereiro de 2007, in www.dgsi.pt (Relator Assunção Raimundo)

c) Acórdão do Tribunal da Relação de Évora de 19 de Abril de 2007, in www.dgsi.pt (Relator Sílvia Rato)

b) Acórdão do Tribunal da Relação de Évora de 29 de Novembro de 2007, in www.dgsi.pt (Relator Assunção Raimundo)

4. O contrato individual de trabalho na Administração Pública, publicado Questões Laborais, n.º 28, ano XIII (2006), págs. 191 a 217, citado no Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 22 de Fevereiro de 2010, (Relator Ferreira da Costa) e no Acórdão da Relação de Coimbra de 20 de Janeiro de 2011 (Relator José Eusébio Almeida), ambos in www.dgsi.pt

5. A amplitude e a (in)constitucionalidade dos privilégios creditórios dos trabalhadores, publicado na Revista Questões Laborais, n.º 31, (2008), págs. 59 a 88, citado, entre outros, nos seguintes Acórdãos:

a) Acórdão da Relação do Porto de 20 de Abril de 2009, in www.snmv.pt (Relator Marques Pereira)

b) Acórdão da Relação do Porto de 31 de Maio de 2010, in www.dgsi.pt (Relator Paula Carvalho)

c) Acórdão da Relação do Porto de 6 de Junho de 2011, in www.dgsi.pt (Relator Paula Carvalho)

6. “Âmbito de aplicação da limitação da liberdade de escolha das entidades a convidar para participação no procedimento de ajuste directo”, in Revista do Centro de Estudos de Direito Público e da Regulação (CEDIPRE), n.º 3, Novembro de 2010

7. “A garantia dos créditos laborais”, in Código do Trabalho: A revisão de 2009 (Coordenação de Paulo Morgado de Carvalho), Coimbra Editora, 2011, pág. 381 e segs.

8. “Regime jurídico aplicável às fundações de direito privado e utilidade pública”, (Revista do Centro de Estudos de Direito Público e da Regulação (CEDIPRE), n.º 7. Maio 2011)

9. “Concurso público urgente: requisitos de admissibilidade”, in Revista de Contratos Públicos, n.º 4, 2012, págs. 149 a 176

10. “Legislação da educação de Timor-Leste, anotada e comentada”, Edição da Universidade de Aveiro, Junho de 2012

11. “Tipos de vínculos e suas causas de extinção no regime jurídico do emprego público” (no prelo, com edição prevista para Novembro de 2012).

B) Outros escritos

1. Prefácio da obra “*Serviço público na óptica do cidadão*”, in Cadernos do Instituto Nacional de Administração (INA), n.º 44, 2010

2. Parecer jurídico requerido pela Fundação CEFA, acerca da aplicação a esta Instituição de diversa legislação de natureza administrativa (Janeiro de 2011)

3. Parecer jurídico solicitado pela empresa “Caves Messias, S.A.”, acerca do regime jurídico aplicável às competências e funcionamento da Assembleia Geral e do Conselho de Administração da referida sociedade (Junho de 2011)

4. Parecer jurídico solicitado pela Fundação CEFA, relativo às consequências da cessação do vínculo contratual de diversos trabalhadores da Instituição (Novembro de 2011)

V - Outras qualificações

Certificado de aptidão de formador (CAP) emitido pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, válido até 2014

Bolseiro do Programa Erasmus, na *Università degli studi di Bologna* (Itália), no último ano da licenciatura em Direito

Conhecimentos de informática na óptica do utilizador

Carta de condução e viatura própria

Fluência da língua inglesa, atestada pela titularidade do First Certificate in English da Universidade de Oxford

Fluência da língua italiana, falada e escrita, atestada pela realização de um Curso de italiano aquando da frequência do programa Sócrates/Erasmus na *Università degli studi di Bologna*, e actualizada através da leitura de diversas obras no decurso da realização de trabalhos de investigação científica

Fluência da língua francesa, falada e escrita, assegurada pela frequência dos cursos da Aliance Française durante 5 anos, e actualizada através da leitura de diversas obras no decurso da realização de trabalhos de investigação científica

Conhecimentos básicos da língua alemã (5 anos no ensino secundário e um curso de 30 horas efectuado na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, no ano lectivo 2007/2008)

Conhecimentos básicos de língua espanhola, falada e escrita, resultantes da leitura de bibliografia para a realização de trabalhos de investigação científica

Coimbra, 29 de Outubro de 2012

A handwritten signature in blue ink that reads "Miguel Lucas Pires". The signature is written in a cursive style with a large initial 'M' and a long, sweeping tail on the 's'.

(Miguel Lucas Pires)